



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001429-94.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
Requerente: **Ademir André da Silva**
Requerido: **Banco Bradesco Cartões S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que ao realizar uma compra nas Casas Bahia recebeu a oferta de um cartão de crédito administrado pelo réu, aceitando-a.

Alegou ainda que mesmo sem que tal cartão lhe fosse enviado o réu passou a efetuar cobranças relativas à anuidade, as quais quitou para evitar maiores problemas.

Salientou que conseguiu cancelar o cartão, mas o réu se negou a restituir os valores que despendeu, razão pela qual almeja à sua condenação a tanto.

A preliminar arguida em contestação pelo réu não merece acolhimento.

O processo é à evidência útil e necessário para a finalidade buscada pelo autor, ao passo que a oferta de substancial defesa denota claramente a resistência do réu para que isso se ultime.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Está assim presente o interesse de agir e, em consequência, rejeito a prejudicial suscitada.

No mérito, ainda que se reconheça como válida a contratação do cartão de crédito em apreço, o réu não demonstrou que promoveu sua entrega ao autor.

Poderia fazê-lo por meio da correspondente comprovação postal, mas permaneceu silente quanto ao assunto e não amealhou sequer um indício concreto que indicasse ao menos o envio do aludido cartão.

Como se não bastasse, o réu de igual modo não patenteou com a indispensável segurança que ao longo dos anos o autor fez uso do cartão.

Isso seria essencial para justificar a cobrança de contraprestação pelo serviço disponibilizado ao autor, mas não teve vez.

Reunia o réu plenas condições para coligir dados a esse respeito, só que, ao permanecer inerte, reforçou a convicção de que inexistia lastro para levar a cabo as cobranças questionadas.

O quadro delineado, aliado à falta de outros elementos que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Como assinalado, o réu não produziu provas consistentes que atestassem que no caso específico dos autos tinha respaldo para cobrar do autor por serviços que lhe teria prestado.

A devolução do montante respectivo – sobre o qual não foi elaborada impugnação específica e concreta – transparece portanto de rigor.

Por oportuno, observo que o autor em momento algum pleiteou a reparação de danos morais, motivo pelo qual as considerações expendidas pelo réu quanto ao tema não serão apreciadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 196,28, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 04 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**